

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Concentração de renúncias.....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária para valer, doa a quem doer (Artigo).....4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita reafirma desafios políticos de cortar isenções, mas critica Folha.....5

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

PNUD propõem reformas para sistema de proteção social no Brasil.....6

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator do novo marco fiscal inicia rodada de reuniões com bancos e executivos nesta sexta
.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet: renúncias não serão todas zeradas.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
ECONOMIA

O avanço de uma nova tese tributária - OPINIÃO JURÍDICA.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aritmética do arcabouço "não fecha", afirma Arminio.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sucesso da política fiscal depende do crescimento - CLAUDIA SAFATLE.....14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arminio: Brasil corre risco de "desembocar em grande fiasco".....16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nota da Receita alerta sobre riscos políticos em corte de gastos tributários.....18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

No Senado, Haddad e Tebet fazem novos alertas ao BC.....21

FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cortar isenção como prevê marco fiscal é inviável, diz Receita.....23

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet diz esperar redução de juros pelo BC imediatamente após aprovação do arcabouço
.....24

Terça-Feira, 2 de Maio de 2023

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet volta a defender pente-fino em renúncias fiscais: 'Para ver o que fica e o que tem que sair'

..... 25

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad defende abrir caixa-preta das renúncias fiscais no país..... 26

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária não vai acabar com todas as renúncias fiscais, afirma Tebet..... 27

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária não é questão lateral e pode ser votada no 1º semestre, diz Haddad
..... 28

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso tem responsabilidade de aprovar reforma tributária, afirma Tebet..... 29

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao lado de Campos Neto, Tebet diz que decisões do BC interferem na política..... 30

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado quer votar já a redução de imposto na folha de pagamento até 2027..... 31

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco diz que CPMI não vai prejudicar "agendas do Brasil"..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolso do consumidor mal sente corte de tributo sobre consumo..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad diz que quer reforma e regra fiscal aprovadas no primeiro semestre..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Diretora da OCDE defende voto de qualidade..... 39

Concentração de renúncias

Outro desafio para a revisão dos gastos é a concentração da maior parte do valor em programas econômicos que são difíceis de cortar e nem sempre trazem benefícios comprovados ao país. Análises mais profundas desses subsídios e seus retornos ajudariam no argumento de mudanças e de revisões de gastos.

Conforme dados da Receita, a maior parte dos R\$ 456,09 bilhões estão distribuídos entre o Simples Nacional (19,41%), a Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio (12,12%), Agricultura e Agroindústria (11,83%), Rendimentos Isentos e Não Tributáveis do Imposto de Renda da Pessoa Física (9,92%) e para entidades sem fins lucrativos que são imunes ou isentas (7,77%).

Juntos, esses gastos tributários agregam mais de 61% das despesas, um total estimado em R\$ 278,44 bilhões. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já frisou, em discursos recentes, que não quer mexer no Simples nem na Zona Franca. O chefe da equipe econômica também descartou alterar a desoneração da folha de pagamentos. Dessa forma, o espaço para cortar gasto é limitado.

"Difícil, mas possível", avalia o analista e especialista em contas públicas Murilo Viana. "Se você for olhar, (as renúncias) são bastante concentradas em alguns programas, o que dificulta a ação do governo, quando coloca o valor de centenas de bilhões", acrescenta.

Viana ressalta que as dificuldades políticas para aprovar no Congresso o fim de benefícios seriam enormes, com "custo político gigantesco para o governo". Um exemplo: mexer nas isenções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), como os gastos com saúde, pode derrubar a popularidade do governo junto à classe média. O ex-ministro da Economia Paulo Guedes tentou e não conseguiu avançar na proposta de atacar essa despesa. Além disso, benefícios que esbarram em setores econômicos devem, por sua vez, enfrentar fortes lobbies, como é o caso da bancada do Amazonas, que conseguiu prorrogar o benefício da Zona Franca, mas poucas indústrias se interessam em produzir no meio da floresta.

Na avaliação de Viana, a iniciativa da Fazenda em querer divulgar as empresas beneficiadas é louvável, já que um dos grandes problemas dos gastos tributários é a falta de transparência. "Falta transparência das empresas, mas também da metodologia de como se fazem os cálculos da

renúncia", diz o consultor.

Apesar de concordar sobre a situação complexa dos gastos tributários, o professor e presidente da Comissão de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil/São Paulo, André Félix, vê com desconfiança as falas recentes de Haddad, por ele não ser muito familiarizado com o assunto. Para ele, causa estranhamento o discurso da equipe econômica quando há uma **reforma tributária** engatilhada. "A reforma já mexe com isso, com benefícios e incentivos fiscais para colocar todos os setores em pé de igualdade", explica o advogado. Na avaliação dele, o ministro quer aumentar a arrecadação do governo, "mas não sabe de onde".

O tributarista alerta, ainda, que mexer nos benefícios sem o devido cuidado pode causar problemas econômicos graves. Empresas que já contam com os incentivos podem quebrar, o que gera, inclusive, o efeito oposto ao pretendido pelo governo: queda na arrecadação. (VC)

Reforma tributária para valer, doa a quem doer (Artigo)

Sylvio Lazzarini Empresário do setor de serviços, é formado em Administração de Empresas, com especialização em Administração Rural, Gestão de Pessoas, Estratégia e Análise e Desenvolvimento de Projetos pela FGV Eaesp

Há anos se discute a necessidade da modernização do sistema tributário nacional, o qual, além de injusto, gera enorme insegurança jurídica. Em razão disso, formou-se um amplo consenso sobre a importância de aprovar a **reforma tributária**, que ora tramita nas comissões do Congresso Nacional, ainda neste ano.

Mas, em razão de múltiplos interesses em jogo, a proposta da PEC avança, porém, com a possibilidade de sair desvirtuada, no sentido de implementar uma reforma justa e com equidade para todo o sistema econômico.

O setor de bares e restaurantes, que, no Estado de São Paulo, segundo dados do Sebrae, oferece mais de 750 mil empregos diretos, está preocupado e clama pela justiça tributária.

O princípio constitucional da isonomia tem de ser posto na mesa.

A questão objetiva é como implantar um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) amplo, para todos os setores, sem se preocupar com o reordenamento do Simples Nacional.

Este é justamente o cerne da questão, posto que se trata de um sistema especial mantido à custa de subsídio caríssimo, que consagra a maior fonte de distorções e injustiça fiscal do atual arcabouço tributário.

O Simples Nacional determina benefícios fiscais, inclusive a desoneração completa da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP), para todas as empresas com faturamento de até R\$ 4.800.000 por ano.

Todos sabem que remover os benefícios tributários existentes para o Simples Nacional é difícil. Mas há que se fazer uma reconfiguração no escalonamento tributário com firmeza, posto que é preciso eliminar as distorções que esse malfadado sistema causa, inclusive para limitar o campo que leva ao caminho

nefasto da elisão e sonegação fiscal.

A sensatez determina que todos sejam tratados com equanimidade, o que determinaria limitar o Simples a microvarejistas cujo faturamento seja equivalente, digamos, à metade do contemplado na legislação atual.

Justificativas não faltam para mudar o sistema. Basta ver um restaurante instalado nas zonas sul de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, atendendo às classes abastadas da população, sendo classificado, pelo valor do faturamento, no Simples Nacional. Não faz sentido.

Trata-se de uma aberração que não tem lógica.

Concluindo, este arcabouço fiscal atual tem de ser detonado o mais rápido possível. A oportunidade é única, mas tem de ser uma **reforma tributária** ampla e para valer. Doa a quem doer.

Sylvio Lazzarini, Empresário do setor de serviços, é formado em Administração de Empresas, com especialização em Administração Rural, Gestão de Pessoas, Estratégia e Análise e Desenvolvimento de Projetos pela FGV Eaesp

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita reafirma desafios políticos de cortar isenções, mas critica Folha

Em nota de esclarecimento divulgada nesta sexta (28), a **Receita Federal** reafirma os desafios políticos de cortar de isenções, mas critica a manchete da Folha "Cortar isenção como prevê marcos fiscal é inviável, diz Receita".

Procurada pela reportagem na quarta (26) para comentar o conteúdo do levantamento realizado em 2019 e explicar quais seriam as alternativas para garantir aumento de receita via corte de desonerações -diante das dificuldades apresentadas no documento-, a assessoria da Receita disse que nem a Fazenda nem o órgão comentariam.

"É equivocada e desinformativa porque o estudo foi produzido em 2019, muito antes, obviamente, da formulação do arcabouço fiscal proposto", diz a nota sobre a manchete da Folha. "Ademais, o arcabouço nem sequer prevê corte de isenção, por mais relevante que seja, como premissa ou condição específica." O texto destaca, no entanto, ser "bastante sólido" o levantamento que serve de base para a reportagem intitulada "Nota da Receita alerta sobre riscos políticos em corte de gastos tributários".

Segundo a nota, "esse estudo, bastante sólido, diga-se, aponta desafios políticos, muito mais que técnicos, para o corte de benefícios fiscais, o que não significa, evidentemente, inviabilidade".

A reportagem da Folha destaca que o estudo dos técnicos da Receita concluído em 2019 aponta ser inviável reverter renúncias tributárias de maneira linear e sem um período de transição. Desaconselha também alterações pontuais e isoladas, que atrairiam a oposição de setores econômicos e do Congresso, colocando em risco a revisão mais eficiente e global das desonerações dentro da forma que interessa, na **reforma tributária**.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50261&anchor=6476579&pd=978b5fc50e84afec05a072a5a27cad2>

PNUD propõem reformas para sistema de proteção social no Brasil

Levar a inclusão econômica para as áreas rurais e fortalecer a rede de assistência social do país. Essas são duas das propostas para que o Brasil enfrente com prosperidade os desafios das próximas décadas.

As recomendações estão no relatório de proteção social para o Brasil, feito pelo Banco Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Apesar dos índices de pobreza terem aumentado nos últimos dois anos no país, o documento reconhece que Brasil avançou de forma significativa, entre 2001 e 2020, na prestação de serviços de proteção social, tendo o maior programa de transferência de renda do mundo.

Mesmo assim, ainda não é possível cobrir totalmente a desigualdade e a pobreza. Por isso, é preciso discutir reformas nas áreas de emprego, assistência e **seguridade social**.

Em relação ao trabalho, o que se defende é uma **reforma tributária** que torne mais justa a cobrança de **impostos** e a melhoria de programas de proteção contra o desemprego, inclusive frente ao avanço da tecnologia nos postos de trabalho.

Na assistência social, a ideia é unificar os programas fragmentados de transferência para as famílias, como, por exemplo, os que protegem as crianças, desde o Bolsa Família até descontos no imposto de renda. É o que explica Luis Henrique Paiva, especialista em proteção social do Pnud.

De acordo com o estudo, é preciso também fortalecer os serviços de assistência social, inclusive para atender famílias vítimas de desastres naturais por causa das mudanças climáticas. E também é preciso definir um orçamento sustentável para o Bolsa Família.

Na **previdência social** a sugestão é reformar o benefício mínimo por idade avançada e eliminar as diferenças de idade na aposentadoria.

Ao todo, o Banco Mundial e o Pnud apresentaram 10 propostas para o Brasil enfrentar as mudanças climáticas, tecnológicas e demográficas nos próximos 20 anos.

O documento completo pode ser consultado em: bancomundial.org.br.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-04/pnud-propoe-reformas-para-sistema-de-protecao-social-no-brasil>

Relator do novo marco fiscal inicia rodada de reuniões com bancos e executivos nesta sexta

Brasília

I
Hellen Leite, do R7, em Brasília

O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator da proposta da nova regra fiscal na Câmara, inicia nesta sexta-feira (28) uma rodada de conversas com executivos do mercado financeiro e com representantes de bancos, em São Paulo, com o objetivo de colher informações e sugestões para compor o relatório da proposta.

Quando voltar a Brasília, ele vai se reunir com líderes do governo e da oposição. Cajado tem pouco mais de três semanas para finalizar o parecer e enviá-lo para votação no plenário.

Compartilhe esta notícia no Whatsapp

Em São Paulo, Cajado deve se encontrar com os representantes de quase todos os bancos, entre eles, Itaú, Santander, BTG Pactual, Citibank e XP S.A. Foram os executivos que solicitaram a reunião com o relator.

No geral, a recepção do mercado e dos bancos à nova regra fiscal foi positiva. Após a apresentação do projeto de lei, o Itaú divulgou uma nota elogiando o caráter geral das regras, com destaque para o trecho que demarca o limite de gastos.

A proposta do governo é de restringir o crescimento das despesas a 70% do crescimento da receita primária dos últimos 12 meses. Ou seja, se a arrecadação subir 2%, a despesa poderá aumentar até 1,4%, por exemplo.

No entanto, o banco acredita que o governo terá desafio na própria implementação das regras, em especial, no trecho que diz respeito à recomposição da receita.

"O arcabouço fiscal e o futuro anúncio de medidas de recomposição das receitas são complementares e

positivos. Ainda assim, há desafios significativos à frente, relacionados à implementação da trajetória almejada e consequentes ganhos de credibilidade e consolidação da regra, que pode ser incrementada por uma **reforma tributária** que gere ganhos de produtividade", considera o Itaú.

O desafio para a implementação do novo marco fiscal também foi levantado na nota técnica de projeções macroeconômicas divulgadas pelo Santander, em 9 de abril. Segundo o banco, a intenção de alcançar o equilíbrio orçamentário em 2024 depende de uma alta de mais de R\$ 100 bilhões em receitas.

"Além disso, essa necessidade pode ser ainda maior devido à projeção menor de **PIB** em comparação com as estimativas oficiais ou em função de aumento de **tributos** compartilhados com entes subnacionais", afirma o banco.

Esse assunto tem sido tratado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que indicou que vai "abrir a caixa-preta" das renúncias fiscais e dos benefícios que as empresas ganham do governo, o que daria algo em torno de R\$ 150 bilhões, o suficiente para o governo cumprir com o compromisso de implementação das novas regras.

Durante a semana, Cajado comentou que a implementação das novas regras fiscais está diretamente ligada à revisão das desonerações. A revisão não se refere a desonerações da folha de pagamento, mas a isenções pontuais para empresas e setores.

Na volta a Brasília, Cajado se encontra com líderes do governo na Câmara, na próxima terça (2), e com lideranças da oposição, na quarta (3). Ele terá cerca de três semanas para estudar o projeto enviado pelo governo e fazer os ajustes necessários para votação no plenário. Isso porque o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quer votar a proposta na Casa até o dia 10 de maio.

"O presidente tem certa urgência para votar isso. Ao passo que aprovarmos o marco fiscal, iremos para a **reforma tributária** e à LDO, para termos todos os

regramentos concretizados, para que possamos ter uma visão clara de que o país terá segurança jurídica e macroeconômica", comentou.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/relator-do-novo-marco-fiscal-inicia-rodada-de-reunioes-com-bancos-e-executivos-nesta-sexta-28042023>

Tebet: renúncias não serão todas zeradas

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Tebet disse que Simples e ZFM estarão fora da revisão das renúncias

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, voltou a atacar, ontem, o volume de renúncias tributárias, mas destacou que a reforma dos **impostos** sobre consumo não irá acabar com todos os regimes favorecidos. Segundo ela, em apresentação no debate "Juros, **Inflação** e Crescimento", "há algumas renúncias fiscais que são meritórias" - como o Simples e a Zona Franca de Manaus (ZFM).

Ela acrescentou que o Brasil precisa "de crescimento com produtividade e a **reforma tributária** tem esse objetivo". Questionada sobre o debate para se alterar as metas atuais de **inflação**, a ministra disse que não é algo que venha sendo discutido dentro do governo.

"Não discutimos metas de **inflação**. Essa é uma não conversa. Só falaremos disso no tempo certo, no meio do ano", afirmou.

No encerramento do debate, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), repetiu apesar do alto patamar em que a taxa Selic se encontra (13,75%), isso não pode servir de argumento para o Congresso não cumprir seu trabalho em relação às reformas estruturais. Pacheco repetiu que o Poder Legislativo vai aprovar o arcabouço fiscal e destacou que é preciso fazer a **reforma tributária**.

"Sabemos que a redução dos juros tem que ser gradativa. Não pode ser algo abrupto, mas precisa ser feito. O motivo para não fazê-lo não pode ser que o Congresso não vai fazer trabalho, porque temos feito. Fiz apelo para o BC encontrar caminho para reduzir os

juros no Brasil. Essa sessão de debate é o que precisamos fazer para chegar nesse fim. Acredito que todos que vieram aqui tem o objetivo de reduzir a queda de juros no Brasil", observou.

Na semana passada, em evento promovido pelo Lide em Londres, Pacheco fez um apelo semelhante para redução de juros com Campos Neto na plateia.

Usando o termo comum na política monetária, Pacheco disse que o Congresso "vai transformar expectativas em realidade concretas" com uma série de medidas que estão em pauta no Legislativo. Ele lembrou as medidas aprovadas por Câmara e Senado nos últimos anos, como o teto de gastos e as reformas trabalhista, política e da previdência. "Congresso tem compromisso com reformas e com segurança jurídica", garantiu.

"Sabemos que a redução dos juros tem que ser gradativa.

Não pode ser algo abrupto, mas precisa ser feito. O motivo para não fazê-lo não pode ser que o Congresso não vai fazer trabalho, porque temos feito. Fiz apelo para o BC encontrar caminho para reduzir os juros no Brasil" Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/28/all.pdf>

O avanço de uma nova tese tributária - OPINIÃO JURÍDICA

Ilan Gorin e Alexandre Christof Gorin são sócios da Gorin Advocacia

Uma soma de fatores, dentre eles a complexidade matemática e a falta de transparência, fez com que o mercado não se desse conta de um brutal e indevido aumento de carga tributária para as empresas de lucro real trazido pela Medida Provisória (MP) nº 1.921/99 que alterou a fórmula da TJLP, a taxa de juros de longo prazo.

A TJLP havia sido criada em 1994 para indexar os financiamentos do BNDES, de forma que eles sofressem incidência de juros efetivamente de mercado. A fórmula era simplesmente a média dos juros dos títulos brasileiros de longo prazo, já embutida a **inflação** futura.

No fim de 1995, o governo propôs uma importante reforma de Imposto de Renda, acabando com a correção monetária de balanço, isentando os dividendos e criando os juros sobre o capital próprio (JCP) com tributação igual à do mercado financeiro de 15%, de forma a estimular os investidores a trocarem o ganho certo do mercado financeiro por investimentos em negócios, gerando emprego e desenvolvimento, sem o ônus de substituir os 15% de IRRF pelos 34% de tributação das empresas sobre o ganho que já vinha sendo auferido.

Acertadamente, a taxa de juros escolhida foi a TJLP.

Já em 1999, o cenário econômico fez o governo apresentar a MP nº 1.921, com uma forte redução dos juros do BNDES para baratear o crédito no país, e para isso propôs que a fórmula da TJLP passasse a ser a meta de **inflação** e um prêmio de risco a ser definido pelo CMN. O Congresso Nacional, baseado na exposição de motivos dessa MP que se restringia ao propósito de baixar o custo de crédito, aprovou a norma sem perceber o efeito colateral de redução indevida do teto do JCP.

A conhecida baixa meta de **inflação** e o uso de um prêmio de risco no lugar de juros reais provocaram, nestas duas décadas, em média, uma TJLP equivalente à metade dos juros de mercado e, consequentemente, fazendo as empresas tributarem a 34% metade dos juros que os investidores ganhariam no mercado financeiro, cuja tributação teria sido de

apenas 15%.

Em 2017, o governo federal decidiu parar de subsidiar os encargos dos financiamentos do BNDES, voltando a aplicar os juros de mercado através da criação de uma nova taxa chamada TLP, que consiste na **inflação** real somada à média dos juros reais dos títulos NTN-B de cinco anos, similar à fórmula original da TJLP.

Porém, a nova MP 777 restringiu o uso da TLP para essa finalidade, mantendo a TJLP manipulada para os JCP.

A diferença acumulada entre as duas taxas está em 110%, como exemplo o recente ano de 2021 teve uma TJLP de 4,81%, enquanto a TLP com IPCA sem redutor alcançou 14,08%.

Foi no dia da publicação dessa medida provisória que nós conseguimos visualizar o quanto a MP de 1999 teria sido maléfica e percebemos que seria algo judicializável, mas freiamos a ideia pois havia um obstáculo temporário que era um redutor decrescente da TLP por cinco anos, o que aparentemente atrapalharia nossa intenção de substituir a TJLP pela TLP no cálculo do JCP.

Foi só no fim de 2019 que raciocinamos que a ação poderia pleitear como substituto da TJLP a fórmula da TLP antes do redutor, e iniciamos os trabalhos.

Seriam três argumentações independentes: a inconstitucionalidade formal da MP 1921 quanto à extensão ao JCP, já que o devido processo legislativo não foi respeitado pela falta de transparência na exposição de motivos; a ilegalidade da MP por desrespeito à Lei Complementar nº 95/98, por não ter explanado as consequências tributárias da norma; e a inconstitucionalidade material da MP por desrespeitar os princípios da capacidade contributiva e da isonomia, como também ao conceito de Renda.

A inconstitucionalidade material tem um paradigma perfeito, que foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade do expurgo de 70% da **inflação** no índice utilizado na época do Plano Verão para a correção monetária de balanço.

Desde as primeiras ações no fim de 2020 até agora, já

são 30 dos maiores grupos econômicos a acionarem a justiça em diversos segmentos, como bancos, energia, siderúrgicas, indústrias, varejistas e seguradoras.

Já ocorreram diversas sentenças favoráveis, mas em alguns casos, a primeira instância não deu provimento, seja por acharem que a causa de pedir seria a inconstitucionalidade da MP nº 777, que não estendeu a TLP ao cálculo dos JCP, ou que, sendo o JCP um benefício fiscal, valeria a interpretação literal.

Estamos combatendo essas distorções nos processos, afinal, a ação se remete às inconstitucionalidades da MP nº 1921/99 e não da MP nº 777/17, da qual apenas aproveitamos a fórmula da nova taxa TLP por representar adequadamente a TJLP original, e pelo JCP não ser um benefício fiscal, e sim uma regra do ordenamento jurídico para equalizar as tributações das empresas e seus acionistas.

Mesmo que fosse, a interpretação literal não imporia o respeito a uma sigla correspondente a taxa de juros de longo prazo e que passou a ser metade dele.

Na primeira semana de abril, tivemos a honra de protocolar pela primeira vez a tese no âmbito do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e a esperança que se faça justiça é grande.

As demais empresas devem ficar muito atentas à prescrição quinquenal, afinal as perdas de 1999 à 2017 podem vir a ser irrecuperáveis.

Ilan Gorin e Alexandre Christof Gorin são sócios da Gorin Advocacia

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530>

Aritmética do arcabouço "não fecha", afirma Arminio



A ministra Simone Tebet: reforma tributária resolve em parte, mas não acaba com todas as renúncias fiscais

Larissa Garcia e Caetano Tonet De Brasília

Sócio-fundador da Gávea Investimentos e ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga criticou nesta quinta-feira, 27, em sessão no Senado Federal, o novo arcabouço fiscal e disse que "a aritmética simplesmente não fecha". Estavam presentes na sessão o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, autor da proposta, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, além do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

"Infelizmente, não é suficiente zerar o primário, porque zerando o primário significa que nós vamos estar tomando dinheiro emprestado para pagar o juro direto, e o juro é esse que a gente conhece. Então é fundamental caminhar na direção de um saldo primário maior. A aritmética simplesmente não fecha. Outros detalhes podem e devem ser discutidos, mas esse eu creio que é o mais básico", disse Fraga.

Uma das metas do governo com a nova regra fiscal é zerar o déficit primário no próximo ano. "O segundo ponto no que diz respeito à regra fiscal, que eu gostaria de comentar aqui rapidamente, é a ênfase no lado da receita. Tudo bem, mas até aonde isso vai? Acho que a sociedade já sentiu que não vai dar para ir muito mais longe e falta espaço.

Na verdade, olhe só, eu vejo assim esses espaços, tá?", disse.

Arminio apontou, ainda, o risco de "desembocar num grande fiasco" na economia. "Se o ano passado foi o ano da democracia, eu acredito que este é o ano da

economia.

E eu digo isso porque, na minha avaliação, do jeito que as coisas andam, não apenas na macroeconomia, mas também na microeconomia, nós estamos arriscados a desembocar num grande fiasco." Apesar das críticas, Arminio elogiou ações da equipe econômica do governo. "Eu vejo com bons olhos o que está acontecendo hoje, estão aqui os dois ministros da área econômico-fiscal, que vêm fazendo um trabalho corajoso, inclusive contradizendo opiniões políticas fortes que têm sido externadas, até de uma certa revolta contra a responsabilidade fiscal.

Eu os parabeno pela coragem, que vai ser recompensada", disse.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que o governo pretende reduzir o número de renúncias fiscais. Segundo ela, o número dobrou de 2% para 4% em relação ao **PIB** brasileiro. Apesar disso, ela considera que a diminuição de encargos é justificada em alguns casos, como o Super Simples.

Para ela, a **reforma tributária** deverá contribuir para a redução.

"Estamos falando de R\$ 400 bilhões em renúncias fiscais, algumas extremamente e necessárias, por exemplo o Super Simples.

Discute-se inclusive não se mexer com Zona Franca de Manaus. Mas nós temos que fazer um pente-fino, qual o custo para o Brasil dessa renúncia fiscal, o quanto falta para políticas públicas na saúde, educação e segurança pública e qual é o benefício dessas renúncias.

Aquilo que não tem benefício para a sociedade brasileira precisa ser devolvido para os cofres públicos", pontuou Tebet.

Ainda assim, ela reforçou que nem todas serão extintas. "São duas coisas paralelas. A **reforma tributária** resolve parte deste problema. Ela não vai acabar com todas as renúncias fiscais, até porque, repito, muitas delas são benéficas, importantes e necessárias", completou a ministra.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1§ion=1)**

Sucesso da política fiscal depende do crescimento - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

"O arcabouço fiscal só fica em pé com crescimento da economia", diz Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda e diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercados do banco Safra. Essa avaliação é compartilhada pelo setor financeiro e foi reiterada ontem pelo presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, durante debate sobre taxa de juros no Congresso.

"Vamos ter que ter um plano [de investimento]. Temos que ter uma conversa de adulto.

Acabou o "fiscalismo mágico", segundo Levy, que se dedica a rastrear setores que possam funcionar como motores do crescimento da economia. Os agentes econômicos vão ter que batalhar e a conta terá que ser dividida de forma mais equânime e não imputada sobre quem ganha salário mínimo.

Levy aponta alguns setores como possíveis motores do crescimento, em artigo publicado na edição desta quinta-feira, 27, do Valor. "A transição verde pode alavancar o investimento nas energias renováveis e os biocombustíveis, estes em parceria com a eletrificação da mobilidade e com derivados do dendê para a aviação mundial," diz ele.

"O arcabouço fiscal poderá ter maior sucesso, portanto, se for acompanhado por outro "arcabouço" que permita desenvolver de maneira coordenada e fiscalmente eficiente as possibilidades globais da economia de baixo carbono no Brasil, o que estimulará o investimento em inúmeras outras áreas, acelerando nosso **PIB**", sugere.

Esse é um caminho para "robustecer o arcabouço fiscal e afastar o risco de que as demandas de gastos e a reticência à tributação venham a ser acomodadas via **inflação**", conclui Levy.

Ao Estado caberá garantir condições para que o investidor tome o risco. Seja a estabilidade macroeconômica, com taxas de **inflação** sob controle e taxa de juros mais baixas, seja a segurança jurídica e previsibilidade, dentre outras.

Caberá, ainda, segundo o ex-ministro, ter planejamento e definições políticas porque essa é uma

área que "envolve investimentos vultosos, especialmente privados, para atender de forma competitiva mercados às vezes incipientes".

O presidente da Febraban deixou claro que esperava mais do arcabouço fiscal, que veio muito concentrado em aumento das receitas e pouco controle do gasto público. Em encontro do Lide na semana passada, em Londres, Isaac disse que "não há política social que traga resultados efetivos se a economia não voltar a crescer". Ele condicionou o crescimento ao equilíbrio das contas públicas e a uma maior inclusão social.

"Estamos aqui hoje porque sabemos que não há bala de prata." É preciso diminuir as incertezas, zelar pelas regras do jogo e pela racionalidade econômica.

"A casa não vai cair", garante Levy, para quem são bem-vindas algumas medidas de aumento das receitas tributárias. Ele defende a taxação de jogos e apostas virtuais, que representa algo como US\$ 10 bilhões por ano.

Apesar de ter sido menos do que o mercado esperava, a reação tem disso de cautela: "vamos devagar com o andor que o santo é de barro", disse uma fonte.

A questão do ajuste tem duas dimensões, É importante ter equilíbrio das contas públicas, mas também interessa ao mercado saber como o governo pretende obter o equilíbrio.

Estudos mostram que o ajuste da despesa é melhor para a economia, na medida em que não a asfixia com uma pesada carga de **impostos**.

O problema é que o PT considera apenas o primeiro momento, que é o impacto do corte de gastos sobre o nível de atividade. O ponto é que o primeiro impacto é deprimir a atividade, mas em seguida aumenta a confiança e a taxa de juros cai. Nesse novo ambiente os investimentos voltam e se estabelece um crescimento sustentável e de longo prazo, alegam os defensores de um ajuste mais firme.

Para agentes do mercado, o arcabouço tal como anunciado pelo governo "não é uma tragédia, mas também não resolve o dilema fiscal".

O setor financeiro não tem uma avaliação negativa

desse novo arcabouço, o que significa que o jogo está em aberto. É a execução, no dia a dia, que vai atestar o seu grau de eficiência.

Há investidores estrangeiros interessados em aplicar no Brasil. Mas, por enquanto, trata-se de recursos que estão em busca do diferencial de taxas de juros domésticas e externas. Ainda não são recursos para investimentos produtivos. Os investidores estrangeiros em setores produtivos preferem esperar um pouco mais. Provavelmente querem ver a **reforma tributária** antes de decidirem sobre novos negócios.

Há, no mercado financeiro, quem sonhe com a possibilidade de o Congresso vir a reformar a proposta de arcabouço do governo, transformando-a em uma espécie de Plano Real das contas públicas. O seja, dar uma solução definitiva para o desequilíbrio fiscal, já que o teto do gasto público foi algo que não deu certo.

Execução, no dia a dia, que vai atestar eficiência do arcabouço

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187530?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187530?page=1§ion=1)**

Arminio: Brasil corre risco de "desembocar em grande fiasco"



Debate. O ex-presidente do BC Arminio Fraga no Senado: "É fundamental caminhar na direção de um saldo primário maior"

MANOEL VENTURA E RENAN MONTEIRO
economia@oglobo.com.br **BRASÍLIA**

O ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga criticou duramente o arcabouço fiscal proposto pelo governo federal, em audiência ontem no Senado sobre juros, inflação e crescimento.

Ele afirmou que a aritmética da proposta não fecha.

Durante o debate, Arminio também comentou que 2023 é o ano da economia e que há risco de o país "desembocar em um grande fiasco".

- A aritmética não fecha.

Não é suficiente zerar o primário (déficit público). Porque zerando o primário significa que você está tomando dinheiro emprestado para pagar os juros. E o juro é esse que a gente conhece. É fundamental caminhar na direção de um saldo primário maior. A aritmética simplesmente não fecha - disse ele, ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, autor da proposta.

Além de Haddad, estavam presentes na sessão comandada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSDMG), a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto.

O governo Lula prevê zerar o rombo nas contas públicas em 2024 e gerar um superávit primário (ou seja, sem contar o pagamento de juros) de 1% do PIB

em 2026. A nova política vai substituir o teto de gastos, que impede o crescimento das despesas acima da inflação do ano anterior e que foi criado pelo ex-presidente Michel Temer em 2016.

O arcabouço permitirá o crescimento dos gastos acima do índice de preços, mas isso dependerá do comportamento das receitas. O aumento real das despesas será equivalente a 70% do incremento das receitas acima da inflação. E haverá ainda uma faixa para essa expansão das despesas, que vai variar de 0,6% a 2,5% ao ano.

Arminio defendeu o teto de gastos e criticou a ênfase nas receitas dada pela nova regra: -Outro ponto que gostaria de comentar é a ênfase no lado da receita. Tudo bem, mas até onde isso vai? A sociedade já sentiu que não dá para ir muito mais longe e falta espaço.

IMPACTO NA ARRECADAÇÃO O ex-presidente do BC terminou sua fala lembrando que, se 2022 foi o ano da democracia, 2023 é o ano da economia.

Arminio assinou a "Carta pela democracia" da USP e declarou apoio a Lula contra Jair Bolsonaro nas eleições.

Mas alertou que o Brasil agora corre o risco de "desembocar em um grande fiasco": -O ano de 2022 foi um ano de mobilização em apoio à nossa democracia. Foi um ano difícil. Foi bom, deu certo.

Porém, as coisas agora chamam atenção do lado econômico.

Se o ano passado foi o ano da democracia, este é o ano da economia. Eu digo isso porque, na minha avaliação, do jeito que as coisas andam, estamos arriscados a desembocar em um grande fiasco e daqui a pouco abrimos outra vez a discussão sobre a nossa democracia. Vossas excelências têm poder de virar esse jogo - afirmou, dirigindo-se aos senadores e ministros.

Haddad, por sua vez, voltou a pedir uma "harmonização" da política monetária com a trajetória das contas públicas.

Segundo o ministro, se a economia brasileira

desacelerar por causa dos juros altos, a queda da arrecadação ocasionará problemas fiscais.

Campos Neto tem sido alvo de críticas do governo pelo patamar da taxa Selic, atualmente em 13,75%. Por conta do nível elevado, essa taxa tende a restringir a atividade econômica.

-Se a economia continuar desacelerando por razões ligadas à política monetária, nós vamos ter problemas fiscais, porque a arrecadação será impactada. Eu não tenho como dissociar o monetário do fiscal -disse Haddad.

Durante sua fala, o ministro disse ainda que tem recebido diversos setores da economia com dificuldades: -Nós estamos com vários setores da economia drasticamente afetados. Estou a todo instante recebendo setores econômicos de vários tipos dizendo das dificuldades, que vão desde de uma Santa Casa até uma companhia aérea, passando pelo varejo. Essa harmonização é imprescindível para a gente, a partir do ano que vem, crescer com robustez e segurança.

Já Campos Neto voltou a defender a atuação da autarquia no combate ao aumento de preços com o aperto monetário.

Segundo ele, o nível de **inflação** no Brasil "precisa do trabalho que está sendo feito", isto é, com a taxa básica de juros em 13,75%: - Temos coletivamente, no governo, caminhado na direção correta e precisamos persistir no processo de garantir a estabilidade de preços, tão importante para os mais pobres. Não se consegue estabilidade social com **inflação** descontrolada.

BC BUSCA "SUAVIZAR" O CICLO Na estimativa do Banco Central, o alcance da meta de **inflação** de 3,25%, para este ano, poderia ser atingido em menor prazo com uma taxa de juros de 26,5%. Mas, segundo Campos Neto, o BC não subiu os juros a essa taxa porque está buscando "suavizar" o ciclo de aperto monetário e os efeitos na economia: -O Banco Central sempre suaviza os ciclos, o máximo possível. Então a nossa tarefa é trazer a **inflação** para a meta com mínimo de custo possível para a sociedade. O crédito segue desacelerando de forma organizada.

A ministra do Planejamento tentou estabelecer um ponto de equilíbrio entre a fala crítica sobre a taxa de juros e a defesa do Banco Central em relação à restrição monetária para conter a **inflação**: -Juros, **inflação** e crescimento são três coisas que devem andar juntas, não isoladas. O crescimento não pode ficar no meio do caminho.

O governo tem batido muito nessa questão. A autonomia do BC é importante, mas o BC também não pode considerar que suas ações são apenas técnicas, são decisões que interferem na política, especialmente seus comunicados e atas.

Haddad disse ainda é necessário recuperar a capacidade do Brasil de investir, pediu cortes de gastos e voltou a mirar no que chamou de "caixa-preta das renúncias fiscais" como um fator a ser combatido de forma a aumentar a captação de recursos pela União.

Também defendeu a realização de uma **reforma tributária**, uma vez que o sistema de **impostos** brasileiro se tornou um "descalabro".

-Há que se falar de corte de gastos? Sim, sobretudo o gasto tributário.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Nota da Receita alerta sobre riscos políticos em corte de gastos tributários

Alexa Salomão

Nota técnica sigilosa da **Receita Federal**, produzida durante o governo Jair Bolsonaro (PL), dá uma ideia das dificuldades que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode ter em seu objetivo de reduzir o chamado gasto tributário (a perda de arrecadação provocada por benefícios e isenções).

No documento, os técnicos da Receita concluem ser inviável reverter renúncias tributárias de maneira linear e sem um período de transição. Desaconselham também alterações pontuais e isoladas, que atrairiam a oposição de setores econômicos e do Congresso, colocando em risco a revisão mais eficiente e global das desonerações dentro da forma que interessa, na **reforma tributária**.

A nota foi produzida em novembro de 2019 e mantida em sigilo. No entanto, destrincha a complexidade da estrutura das desonerações, que permanece inalterada nesses cinco anos. Segundo economistas consultados pela reportagem, a nota, nesse aspecto, permanece atual. A Folha teve acesso à íntegra do documento, que permanece em sigilo.

Tecnicamente denominadas de gastos tributários, as isenções representam uma perda estimada de R\$ 456 bilhões para a União neste ano e devem chegar a R\$ 486 bilhões no ano que vem.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) insiste em que a suspensão de alguns desses gastos tributários vai contribuir para aumentar as receitas federais e ajudar o governo a cumprir as metas de resultado primário, sem exigir aumento de alíquotas de **impostos** ou corte nas despesas consideradas estratégicas para a gestão de Lula.

Haddad tem repetido que vai iniciar a revisão das desonerações ainda no primeiro ano de mandato e chegou a mencionar que é possível restituir aos cofres públicos R\$ 150 bilhões com o cancelamento de uma lista de benefícios.

A necessidade de rever os gastos tributários é um consenso entre especialistas em tributação. Não apenas por drenarem recursos mas por distorcerem o sistema e a competitividade entre empresas -e a nota da **Receita Federal** retrata o desafio ignorado pelo

discurso oficial.

O documento é um detalhado raio-X das desonerações feito em conjunto por duas áreas da Receita, a Coordenação-Geral de Tributação e o Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros.

Um dos anexos da nota traz um cronograma para a redução dos gastos tributários, de 2019-2021, para atender o plano de revisão de benefícios tributários, que havia sido previsto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A meta a ser perseguida na época era, em um prazo de dez anos, reduzir as desonerações de 4,8% para 2% do **PIB**. Foram analisados 60 gastos tributários. Cortes graduais em 25 deles poderiam render cerca de R\$ 50 bilhões em 2020 e um pouco mais do que isso em 2021.

Os maiores volumes viriam da revisão de isenções que o atual governo já avisou que não vai mexer por ora (Simples e Zona Franca) ou que tendem a atrair oposição, como isenção do Imposto de Renda para aposentadoria por doença grave, além das desonerações da cesta básica e da folha de pagamento.

A recomendação dos técnicos foi que esse cronograma de cortes não deveria ser divulgado, mas apenas remetido, em caráter reservado, ao TCU (Tribunal de Contas da União), que havia pedido esclarecimentos sobre o tema. De fato, o plano não se tornou público. A equipe econômica tentou -mas não conseguiu- alterar as desonerações, e a exigência do plano foi revogada em abril de 2020, após a eclosão da pandemia no Brasil.

O pedido de sigilo considerava o conjunto dos problemas identificados.

Não havia como fazer um corte linear nos gastos tributários. Um dos problemas, destaca a nota, é que "as desonerações concedidas após a crise de 2008/2009 alcançaram a totalidade do sistema tributário". Ou seja, todo tributo possui alguma forma de tratamento diferenciado. Em um único setor, podem coexistir diversos tipos de incentivo.

Seria necessário adotar soluções distintas, adequadas

a cada gasto tributário. Mas a retirada isolada deste ou daquele benefício enfrentaria oposições setoriais ou até populares, e haveria repercussões políticas. Como a **reforma tributária** já estava em discussão, a nota recomendava que o governo se concentrasse na mudança global.

Um exemplo básico apresentado no texto é a alteração nas regras de exceção na cobrança do PIS e da Cofins. A recomendação foi que as alterações deveriam ocorrer simultaneamente à adoção do IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Dos 60 gastos tributários avaliados, 26 (ou 43%) envolviam um ou ambos **tributos**.

"Seria temerário o encaminhamento de um cronograma com medidas isoladas destinadas a eliminar os benefícios fiscais ao longo dos próximos anos", diz o texto.

"Tal iniciativa poderá eliminar as chances de êxito da **reforma tributária**, em fase final de discussão e definição no âmbito deste ministério. A redução ampla dos gastos tributários, por essas razões, deve estar contida no contexto da **reforma tributária**."

Assim como ocorria em 2019, o governo atual trabalha pela aprovação da **reforma tributária** em etapas.

A nota da Receita também alerta para a necessidade de ficar atento ao prazo de extinção das isenções -o que mostra a dificuldade que a Fazenda terá se quiser agilizar o cancelamento de algumas delas.

Um elevado número de gastos tributários foi criado sem data para acabar. Diante disso, a nota recomenda que seja adotado um período de transição de até cinco anos antes de ser feita qualquer alteração na regra da isenção ou a sua eliminação, para que a mudança não comprometa investimentos programados com base na desoneração.

Não há prazo determinado para isenções em setores tão díspares quanto produção de biodiesel, aeronaves e embarcações, o Programa Nacional de Apoio à Cultura e o MEI (Microempreendedor Individual).

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50260&maxTouch=0>

Ranking de gastos tributários

- 1 Pouco sensível
2 a 4 Níveis intermediários
5 Muito sensível

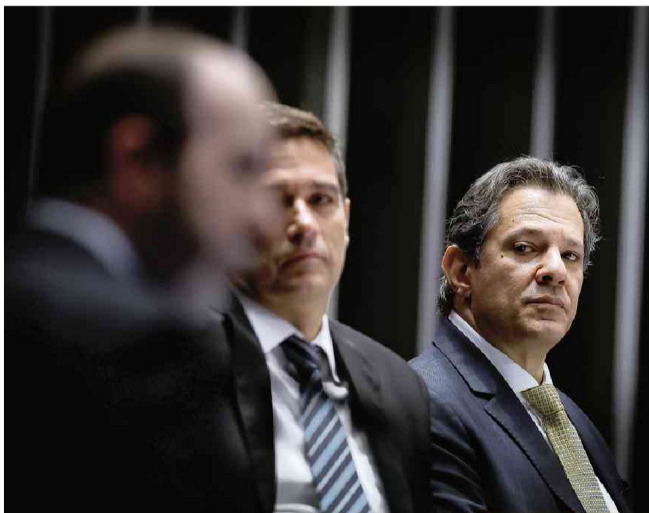
	Participação no total do gasto tributário, em %*	Tributos envolvidos**	Politicamente sensível?
Simplex	 24,5	IR, IPI, PIS/Cofins, CSLL, Contribuição previdenciária	5
Agricultura e agroindústria	 11,8	PIS/Cofins, Contribuição previdenciária	5
Rendimentos isentos e não tributáveis do IRPF	 10,5	IRPF	4
Entidades sem fins lucrativos	 8,3	PIS sobre a folha de pagamentos, Cofins, IRPF, IRPJ, Contribuição previdenciária, IOF, CSLL	4
Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio	 7,2	PIS/Cofins, IPI, Imposto de Importação e AFRMM (adicional de frete marítimo)	5
Deduções do rendimento tributável - IRPF	 6,5	IRPF	5
Poupança e títulos de crédito - setor imobiliário e agronegócio	 4	IRPF, PIS/Cofins	5
Medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos	 3,9	PIS/Cofins	5
Benefício do trabalhador	 3,6	IRPJ, CSLL	2
Desenvolvimento regional	 3,4	IRPJ, AFRMM (adicional de frete marítimo)	5

*Projeções para 2024

**Anexo 2 da Nota conjunta Cetad/Cosit, nº 212, de 26 de novembro de 2019

Fonte: Receita Federal

No Senado, Haddad e Tebet fazem novos alertas ao BC



Arminio Fraga (ex-BC), Roberto Campos Neto (BC) e Fernando Haddad (Fazenda) durante sessão no Senado. Pedro Ladeira/Folhapress

Nathalia Garcia e João Gabriel

Os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) fizeram alertas sobre a atuação do Banco Central nesta quinta (27) em meio ao debate capitaneado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre as decisões da autoridade monetária ligadas ao elevado patamar dos juros no Brasil.

Já o presidente do BC, Roberto Campos Neto, classificou a taxa básica de juros (Selic) como um "farol", que necessita de credibilidade para poder iluminar o caminho, e ressaltou que esse instrumento - sozinho - não garante o crescimento da atividade econômica.

Em sessão no Senado, Haddad disse que o país terá problemas nas contas públicas se a economia brasileira continuar desacelerando e relacionou a perda de fôlego da atividade às decisões do BC sobre a política de juros.

"Se a economia continuar desacelerando, por razões ligadas à política monetária, nós vamos ter problemas fiscais, porque a arrecadação vai ser impactada. Não tem como dissociar o monetário do fiscal"

O titular da Fazenda reiterou a necessidade de harmonização das políticas monetária e fiscal para o crescimento sustentável do país. "Não vejo as políticas fiscal, monetária e prudencial separadas umas das outras. Elas fazem parte da mesma engrenagem."

Haddad voltou também a defender a abertura da "caixa-preta" de renúncias fiscais e celebrou o resultado de julgamento bilionário que discutia a possibilidade de empresas usarem benefícios fiscais de ICMS para reduzir a base de incidência de dois **tributos** federais (no caso, IRPJ e CSLL).

"Há que falar em corte de gastos? Na nossa opinião, sim. Sobre tudo o gasto tributário. Ontem [quarta] nós tivemos uma vitória importante no STJ, por unanimidade", disse.

Sem colocar a autonomia do BC em xeque, Tebet afirmou que as decisões da autoridade monetária, embora sejam técnicas, têm reflexos na política do país.

"A autonomia do Banco Central é importante para a estabilidade econômica e, portanto, o governo não interfere nas decisões técnicas do Banco Central, mas o Banco Central também não pode considerar que as suas ações são apenas técnicas. São técnicas, mas também decisões que interferem na política, especialmente seus comunicados e suas atas", afirmou.

Campos Neto e os ministros Haddad e Tebet lideraram a discussão sobre juros, **inflação** e crescimento econômico no Senado -iniciativa sugerida pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Em meio à pressão do governo Lula, Campos Neto afirmou que a Selic é um instrumento que precisa ser conduzido com credibilidade para criar condições favoráveis para a economia brasileira crescer.

"O que importa na economia não é a Selic, é o que a gente chama de condições financeiras, que é o total que eu tenho liquidez na economia. A Selic é um instrumento que, para gerar condições de liquidez, tem que ser conduzido com credibilidade", disse.

O presidente do BC afirmou ainda que é preciso perseverar no processo de combate à **inflação** para assegurar estabilidade social no país.

"Precisamos ainda persistir no processo de garantir a estabilidade de preços, que é tão importante para os mais pobres. Não se consegue estabilidade social com **inflação** descontrolada."

Entre os debatedores, participaram também o ex-presidente do BC, Arminio Fraga, o ex-presidente da Câmara e atual presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Rodrigo Maia, os presidentes da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney Ferreira, da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes da Silva, e da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade, além de outros especialistas.

De acordo com o requerimento da sessão, o debate tinha como objetivo explicar aos senadores os motivos das "elevadas expectativas inflacionárias" e os "vultosos juros reais que predominam no Brasil" - a taxa básica está fixada desde agosto de 2022 em 13,75% ao ano.

Em suas recentes declarações, Haddad vem defendendo que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem criado condições favoráveis para o início do corte de juros, mostrando compromisso com o equilíbrio das contas públicas com a apresentação do novo arcabouço fiscal e a negociação da **reforma tributária**.

A proposta de novo arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos foi entregue para o Congresso no dia 18, quase três semanas após ser apresentada. A expectativa, segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é que o texto da nova regra fiscal possa ser aprovado na Casa até 10 de maio.

A regra prevê que a alta real da despesa, acima da **inflação**, será equivalente a 70% da variação das receitas - assegurados um piso de 0,6% e um teto de 2,5% de crescimento real dos gastos ao ano.

"A aritmética não fecha", diz Arminio sobre nova regra fiscal

Ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga criticou nesta quinta (27), em sessão de debate no Senado, o arcabouço fiscal proposto pelo governo Lula (PT), dizendo que as metas são insuficientes.

"Não é suficiente zerar o primário. Porque zerando o primário significa que você está tomando dinheiro emprestado para pagar os juros, e o juro é esse que a gente conhece. É fundamental caminhar na direção de um saldo primário maior. A aritmética simplesmente não fecha", afirmou.

O governo tem como meta zerar o déficit primário em 2024, mas admite a flutuação ao redor do alvo em valor equivalente a 0,25% do **PIB**, com déficit de R\$ 28,7 bilhões no limite inferior e superávit no mesmo

montante no limite superior.

Para os próximos exercícios, busca superávit de 0,5% do **PIB** (R\$ 61,6 bilhões) em 2025 e de 1% do **PIB** (R\$ 130,8 bilhões) em 2026 nos objetivos centrais - também com intervalo de tolerância. Os números são referentes ao governo central (o que inclui Tesouro, Previdência e BC).

Fraga também reprovou a ênfase dada às receitas na nova regra fiscal "Outro ponto que gostaria de comentar rapidamente é a ênfase no lado da receita. Tudo bem, mas até onde isso vai? A sociedade já sentiu que não vai dar para ir muito mais longe. Falta espaço", disse.

"Na minha avaliação, o ajas-te fiscal que precisa ser feito vai além do ajuste necessário para estabilizar a situação da dívida do governo federal. Vejo que é imensa a necessidade de revisitar as prioridades do gasto público no Brasil"

O novo arcabouço fiscal fixa regras, parâmetros e mecanismos na tentativa de equilibrar as contas públicas, de forma que o governo não gaste mais do que suas receitas e aumente a dívida pública de forma descontrolada. Gastos com saúde e educação, contudo, não entram na conta.

Aos parlamentares e convidados Fraga pediu esforço na reconstrução do pilar fiscal no tripé macroeconômico e também defendeu o regime de metas de **inflação**. Na visão do economista, o BC "não faz milagre" e está "sobrecarregado".

"O BC tem flexibilidade para suavizar os ciclos de aperto para atingir as metas definidas pelo governo. Mas o BC não faz milagre, não vai melhorar a educação ou reverter a tendência do desmatamento."

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50260&maxTouch=0>

Cortar isenção como prevê marco fiscal é inviável, diz Receita

Uma nota técnica da **Receita Federal** à qual a Folha teve acesso dá uma ideia das dificuldades que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pode ter em seu objetivo de reduzir o chamado gasto tributário, que corresponde à perda de arrecadação provocada por benefícios e isenções fiscais.

O documento foi produzido em novembro de 2019 e mantido em sigilo.

Editado ainda na gestão Bolsonaro, o estudo destrincha a complexidade da estrutura das desonerações, que permanece inalterada. Segundo economistas consultados pela reportagem, o documento, neste aspecto, permanece atual.

As isenções representam uma perda estimada de R\$ 456 bilhões para a União neste ano e devem chegar a R\$ 486 bilhões em 2024.

Segundo técnicos da Receita, é inviável reverter renúncias tributárias de maneira linear e sem um período de transição. Eles desaconselham também alterações pontuais e isoladas. Isso atrairia a oposição de setores econômicos e do Congresso, colocando em risco a revisão mais eficiente das desonerações dentro da forma que interessa, na **reforma tributária**.
Mercado A17

"Banco Central não pode considerar que suas ações são apenas técnicas Simone Tebet" ministra do Planejamento

"O que importa na economia não é a Selic" Campos Neto presidente do Banco Central

"Se economia continuar desacelerando, vamos ter problemas fiscais" Fernando Haddad ministro da Fazenda

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50260>

Tebet diz esperar redução de juros pelo BC imediatamente após aprovação do arcabouço

SÃO PAULO (Reuters) - A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou nesta quinta-feira que espera que o Banco Central reduza a taxa básica Selic, atualmente em 13,75% ao ano, imediatamente após a aprovação do novo arcabouço fiscal no Congresso.

Durante evento promovido na internet, Tebet fez uma defesa da **reforma tributária** e afirmou que a intenção do governo é zerar o déficit orçamentário, atualmente próximo de 230 bilhões de reais.

Para isso, segundo ela, o governo mandou a proposta do novo arcabouço ao Congresso.

Imediatamente com a aprovação do arcabouço fiscal, esperamos a redução dos juros, afirmou, criticando na sequência o atual nível da Selic.

Se justificam os 13,75%? Esta dose não está elevada?, questionou Tebet em outro momento, para depois elencar fatores internos e externos para que a **inflação** esteja elevada.

Os comentários de Tebet estão em sintonia com declarações recentes do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem afirmado que o governo tem feito sua parte, na área fiscal, para que seja possível ao BC reduzir a Selic.

Em eventos recentes, no entanto, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, apesar de elogiar os esforços de Haddad na formulação do arcabouço, tem alertado para a persistência da **inflação**.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao tratar da **reforma tributária** que está sendo planejada pelo governo, Tebet afirmou que ela terá dois preceitos: diminuir **impostos** na área de consumo e tributar mercadorias na ponta de consumo, e não na origem.

Hoje tributamos muito na origem. Depois este produto vai chegando elaborado em São Paulo, no Rio, que são grandes consumidores. O que acontece quando você tributa na origem? Você começa a tornar complexa esta cadeia de tributação. A carga tributária vai ficando muito alta, defendeu.

Tebet também afirmou que, proporcionalmente, na comparação com outros países, o Brasil tributa pouco a renda.

Objetivo da reforma é tributar menos o consumo e, depois, tributar mais a renda.

Tebet participou do debate "Plano Plurianual (PPA) Participativo e a Revalorização do Planejamento", promovido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

(Por Fabrício de Castro)

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Tebet diz esperar redução de juros pelo BC imediatamente após aprovação do arcabouço

Sítio:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/27/tebet-diz-esperar-reducao-de-juros-pelo-bc-imediatamente-apos-aprovacao-do-arcabouco.htm>

Tebet volta a defender pente-fino em renúncias fiscais: 'Para ver o que fica e o que tem que sair'

Brasília

|
Hellen Leite, do R7, em Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, voltou a afirmar a necessidade de um pente-fino nas renúncias fiscais. Segundo a ministra, a **reforma tributária** sobre o consumo não deve resolver a questão, e os benefícios devem ser revisados caso a caso. O comentário não se refere a desonerações da folha de pagamento, mas a isenções pontuais para empresas e setores.

"Nós estamos falando de R\$ 400 bilhões de reais em renúncias fiscais. Qual é o custo para o Brasil quando se fala de políticas públicas como saúde e educação? Então, é pegar um a um, em um recorte que eu diria ser honesto para a população brasileira para ver o que fica e o que tem que sair. O que não tem benefício para a sociedade, tem que ser devolvido aos cofres públicos", afirmou.

A declaração foi dada após a participação da ministra em um debate no Senado sobre **inflação**, taxa básica de juros e crédito. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, também participaram do evento.

Tebet destacou que alguns benefícios são importantes para o país, como as desonerações da Zona Franca de Manaus e o Super Simples - que é um regime de tributação destinado a empresas de médio e pequeno porte.

"Precisamos de crescimento com produtividade e só teremos isso de duas formas. Primeiro com a **reforma tributária**, que vai fazer o setor empresarial ser competitivo e gerar emprego, e o segundo, que é mais estrutural, é garantir ao trabalhador que ele tenha produtividade com qualificação da mão de obra e com educação pública de qualidade, desde a primeira infância até o ensino médio", completou a ministra.

Durante o debate, Haddad afirmou que é preciso "abrir

a caixa-preta" das renúncias fiscais e discutir com a sociedade para onde estão indo os recursos públicos do Brasil. Segundo o ministro, a **reforma tributária** é medida necessária para aumentar a arrecadação e contribuir para a redução do déficit das contas públicas, sem prejudicar a prestação de serviços públicos aos cidadãos.

"Nós estamos falando de quase R\$ 500 bilhões explícitos na peça orçamentária de renúncia fiscal e outros R\$ 100 bilhões que não estão na lei orçamentária porque são **tributos**, que sequer são considerados para fins fiscais em virtude da frouxidão da nossa legislação com práticas absolutamente inadequadas e inaceitáveis no mundo desenvolvido. Então, há que se falar em corte de gastos? Na nossa opinião, sim, sobretudo o gasto tributário", disse.

Para o ministro, o sistema tributário brasileiro é responsável por grande parte da ineficiência da economia. "Não temos ganhos de produtividade, porque os mais eficientes produtores nem sempre conseguem resistir à concorrência desleal, e você vai perdendo competitividade, você vai expulsando do mercado quem melhor produz, com mais eficiência, com compromisso social, com cumprimento das suas obrigações. Então, a **reforma tributária** também não é uma questão lateral", disse Haddad.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/tebet-volta-a-defender-pente-fino-em-renuncias-fiscais-para-ver-o-que-fica-e-o-que-tem-que-sair-27042023>

Haddad defende abrir caixa-preta das renúncias fiscais no país

Na comissão geral que debateu taxa de juros, **inflação** e crescimento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse o seguinte: desacelerar a economia por conta de juros causará problemas na arrecadação. E citou setores que estão sendo drasticamente afetados. E complementou: política fiscal, monetária e prudencial têm de trabalhar em harmonia.

Mesmo que para isso, segundo Haddad, tenha de se tomar medidas impopulares.

Haddad ainda voltou a dizer que é preciso abrir a caixa-preta das renúncias fiscais. Isso como forma de aumentar a arrecadação. E destacou a herança deixada pelo governo anterior, em termos de renúncias de receitas e aumentos de despesas da ordem de R\$ 300 bilhões. Medidas, segundo ele, para reverter o quadro desfavorável nas eleições e que não foram suficientes. E que, agora, é preciso então reequilibrar as contas públicas sem sacrificar os mais pobres.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, também falou sobre isso. Disse que não há contradição entre **inflação** e crescimento e fez referência ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que também estava presente pela segunda vez no Senado em uma semana.

Na terça-feira, ele já havia dito aos senadores que as decisões do BC são coletivas e técnicas. Nesta quinta, Simone Tebet rebateu.

Roberto Campos Neto falou em seguida e usou praticamente o mesmo discurso de terça. Falou em metas de **inflação**, que aliás a **inflação** é um imposto perverso, segundo ele, e que o Banco Central sempre suaviza os fluxos, tentando trazer o mínimo de custo possível para a sociedade.

Outras autoridades foram ouvidas, como representantes da Confederação Nacional dos Transportes, da Febraban e ex-ministros da Fazenda, além do ex-deputado Rodrigo Maia, que comandou a Câmara até o ano passado e encampou as discussões sobre **Reforma Tributária** na Casa

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-04/haddad-defende-abrir-caixa-preta-das-renuncias-fiscais-no-pais>

Reforma tributária não vai acabar com todas as renúncias fiscais, afirma Tebet

Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, voltou a atacar nesta quinta-feira o volume de renúncias tributárias, mas destacou que a reforma dos impostos sobre consumo não irá acabar com todos os regimes favorecidos. Há algumas renúncias fiscais que são meritórias, afirmou, citando o Simples e a Zona Franca de Manaus.

E acrescentou: Precisamos de crescimento com produtividade e a reforma tributária tem esse objetivo.

Tebet participou de sessão temática do Senado sobre juros, inflação e crescimento, ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Os três são os titulares do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece as metas de inflação.

Questionada sobre o debate para se alterar as metas atuais, a ministra disse que essa conversa não ocorre no momento. Não discutimos metas de inflação. Essa é uma não conversa. Só falaremos disso no tempo certo, no meio do ano, respondeu.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/27/reforma-tributaria-nao-vai-acabar-com-todas-as-renuncias-fiscais-afirma-tebet.htm>

Reforma tributária não é questão lateral e pode ser votada no 1º semestre, diz Haddad

Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quinta-feira, 27, em debate sobre juros no Senado, que a **reforma tributária** não é uma questão lateral e que **ainda** pode ser votada no primeiro semestre. A **reforma tributária** é um dos temas que, se aprovados, permitiriam otimismo com a economia brasileira, segundo Haddad.

Reforçando as críticas ao alto nível de renúncias fiscais no País que, segundo ele, tem o valor de quatro vezes o orçamento do programa Bolsa Família, Haddad reputou ao sistema tributário brasileiro grande parte da ineficiência da economia brasileira.

Perdemos competitividade porque muitas empresas sofrem concorrência desleal, disse o ministro, completando que um dos problemas mais graves do País é o sistema de concorrência.

Haddad participa de debate sobre juros no Senado promovido pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Também debatem o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, além de presidentes de entidades e economistas.

Também presente no evento, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia, hoje diretor-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, disse que aumento da carga tributária para equacionar as contas do governo é inviável.

Ele elogiou Haddad, por estar se expondo para tentar reduzir as isenções. De acordo com ex-deputado, Haddad está mostrando coragem para enfrentar temas difíceis.

Maia mencionou o teto de gastos públicos, cuja regra substituta está em discussão no Legislativo. A decisão do teto de gastos foi exclusivamente uma decisão política do Congresso Nacional que não aceitava aumento de carga tributária, declarou ele.

A impossibilidade de aumentar **impostos**, de acordo com o ex-presidente da Câmara, aumenta o desafio do governo.

Rodrigo Maia elogiou ainda a decisão do STF, que, na

quarta-feira, determinou a incidência de **impostos** sobre alguns incentivos fiscais. Isso deverá render R\$ 90 bilhões aos cofres do governo.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/27/reforma-tributaria-nao-e-questao-lateral-e-pode-ser-votada-no-1-semester-diz-haddad.htm>

Congresso tem responsabilidade de aprovar reforma tributária, afirma Tebet

Brasília

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse nesta quinta-feira, 27, em audiência no Senado, que é a **reforma tributária** que proporcionará ao Brasil crescimento sustentável e que aprová-la é responsabilidade do Congresso. Ela foi ao Senado participar de um debate sobre economia, com foco na taxa de juros. Tebet disse que se não houver investimentos em produtividade e educação o debate continuará sendo o mesmo daqui a 10 anos.

Ela declarou que é necessário ter paciência e planejamento para fazer o País crescer a uma média superior à que cresceu nas últimas décadas. É preciso ter políticas econômicas certas, disse ela.

Simone Tebet afirmou que o governo tem feito sua parte para proporcionar estabilidade econômica e sabe que não pode gastar mais do que arrecada. Ela mencionou a meta de zerar o déficit público no ano que vem.

A ministra também citou a desigualdade da economia brasileira e disse que o termômetro social é grave.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/27/congresso-tem-responsabilidade-de-aprovar-reforma-tributaria-afirma-tebet.htm>

Ao lado de Campos Neto, Tebet diz que decisões do BC interferem na política

Do UOL, em São Paulo*

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que o Banco Central também interfere na política, especialmente por meio do tom dos comunicados e atas publicados para explicar as decisões sobre os juros.

A ministra fez a declaração ao lado do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ambos, junto com o ministro da Fazenda Fernando Haddad e outros convidados, participam de um debate sobre juros, inflação e crescimento no Senado.

Tebet defendeu a autonomia do BC, mas ponderou nível técnico da instituição: A autonomia do Banco Central é importante para a estabilidade econômica, portanto o governo não interfere nas decisões técnicas. Mas o BC não pode considerar que suas ações são apenas técnicas, são técnicas mas também são decisões que interferem na política, especialmente seus comunicados e suas atas.

Sobre as divergências públicas entre governo federal e Banco Central, Tebet afirmou que é importante que cada entidade o faça cada um na sua visão. A ministra defendeu mais enfaticamente a necessidade de crescimento do Brasil, discurso similar ao do presidente Lula.

Em seguida, Roberto Campos Neto voltou a defender que o BC toma suas decisões de política monetária de forma técnica e afirmou que o trabalho de aperto feito pela autarquia é necessário para controlar a inflação.

Ele chegou a responder Tebet sobre os impactos na política: Não é a pessoa Roberto Campos Neto, é o Banco Central que tem muita preocupação com inclusão social. O BC faz um trabalho técnico, com horizonte de atuação técnica que difere muitas vezes do círculo político, mas por isso que foi dado a autonomia.

O ministro da Fazenda evitou entrar em atritos relativos a juros, Banco Central e posição do governo Lula, e falou mais sobre a necessidade da reforma tributária.

O ministro afirmou que os conflitos distributivos do Brasil são severos e só se equacionam com

crescimento econômico.

Haddad voltou a destacar vitória importante com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que deu ganho parcial ao governo em julgamento de conjunto de ações sobre descontos do ICMS, que, pelas contas da equipe econômica, têm impacto potencial de até 90 bilhões de reais por ano para os cofres federais.

*Com informações da Reuters

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/04/27/debate-senado-haddad-tebet-campos-neto.htm>

Senado quer votar já a redução de imposto na folha de pagamento até 2027

Do UOL, em Brasília

Ainda não existe uma proposta viável de solução definitiva para reduzir os altos **impostos** cobrados no Brasil sobre a contratação de funcionários. Diante disso, o Senado acelera a discussão sobre prorrogar para 2027 a desoneração (redução de **impostos**) de 17 setores da economia. Ela está prevista para acabar neste ano. A estimativa de senadores envolvidos no debate é aprovar a prorrogação ainda em maio.

Entre os setores, estão os que mais empregam no Brasil. Eles alegam que, se a desoneração que existe desde 2011 acabar, a tendência é de fechamento de até 600 mil postos de trabalho. A renúncia do governo com a desoneração é estimada em R\$ 12 bi por ano.

O projeto de lei em discussão foi apresentado pelo senador Efraim Filho (UB/PB), e prorroga a desoneração desses setores por mais quatro anos. Na semana passada, o senador Ângelo Coronel (PSB/BA) foi designado relator do texto, que tramita em caráter terminativo na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). Isso significa que se for aprovado na comissão, e não houver recurso, o texto não precisa passar pelo plenário do Senado, seguindo direto para análise da Câmara dos Deputados.

Estamos acelerando para dar segurança jurídica para esses setores que mais empregam, para que possam gerar mais emprego. No ano passado, a lei foi sancionada em 31 de dezembro, o que não é bom para ninguém. Nossa perspectiva é que seja aprovado na CAE ainda em maio para que ele tramite na Câmara e possa ser aprovado no meio do segundo semestre também pela Câmara, me disse o senador Efraim Filho.

A prorrogação não é a solução dos sonhos do governo nem dos legisladores, que gostariam de ter uma proposta definitiva e viável para o problema dos altos **impostos** sobre a mão de obra. Há setores que defendem a substituição desses **impostos** por uma nova CPMF, o que gera muita resistência e interdita o debate.

Apesar de não ser solução definitiva, o Executivo não é contrário à extensão para os 17 setores enquanto a desoneração ampla não vem, como já sinalizaram os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do

Planejamento, Simone Tebet, e do Trabalho, Luiz Marinho. O governo sinaliza que só debaterá o tema na segunda ou numa terceira fase da **reforma tributária**.

A tendência do ministério da Fazenda é de não atropelar a discussão, e seguir a fila de prioridades da pasta: (1) arcabouço, (2) reforma dos **impostos** sobre o consumo, (3) reforma dos **impostos** sobre a renda, e paralelo a tudo isso, aprovação do orçamento 2024. Questionado, o ministério da Fazenda confirmou que não quer mexer em desonerações sobre a folha de pagamentos. Ao defender o fim dos jabutis tributários, ou renúncias fiscais, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a desoneração ficaria preservada.

O relator, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), me disse que está sensível aos pedidos de diversos setores que também querem ser desonerados, além das prefeituras. A tendência, no entanto, é que o projeto em tramitação na CAE fique restrito aos 17 setores, pois trata-se da prorrogação de uma renúncia.

Para ampliar o número de setores (e a renúncia fiscal), seria necessário encontrar uma fonte de receita, o que até agora não ocorreu.

Ameaçado financeiramente pela possibilidade da implementação do piso da Enfermagem, o setor de Saúde privada é dos que reivindicam a desoneração da folha, mas não por meio do projeto que irá prorrogar o benefício para os 17 setores.

O setor apoia um projeto de lei que inclui o setor nas desonerações, o PL 1272/2022, relatado pelo deputado Pedro Westphalen (PP-RS).

As empresas pagam imposto de 20% sobre os salários dos funcionários (folha de pagamento). Esses recursos vão para a **Previdência Social**.

Desde 2011, antes da lei do teto de gastos, 17 setores da economia podem pagar entre 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de pagar os 20% sobre o valor dos salários, o que ajuda as empresas que têm muitos funcionários mas passam por crises.

Calçados

Call centers

Comunicação

Confecção/vestuário

Construção civil

Empresas de construção e obras de infraestrutura

Couro

Fabricação de veículos e carroçarias

Máquinas e equipamentos

Proteína animal

Têxtil

Tecnologia da informação (TI)

Tecnologia de comunicação (TIC)

Projeto de circuitos integrados

Transporte metro ferroviário de passageiros

Transporte rodoviário coletivo

Transporte rodoviário de cargas

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2023/04/27/sem-solucao-definitiva-senado-deve-renovar-desoneracao-de-17-setores.htm>

Pacheco diz que CPMI não vai prejudicar "agendas do Brasil"



Raphael Felice

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), leu, ontem, o requerimento de abertura da comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que vai investigar a atos golpistas do 8 de janeiro. Agora, líderes de partidos e blocos partidários devem indicar os membros da comissão, que deve começar a ocorrer na próxima semana. Em entrevista coletiva após a sessão conjunta do Congresso, Pacheco afirmou que a CPMI é relevante, mas disse que o seu foco na presidência do Legislativo é atuar pela "agendas do Brasil" "Nossa preocupação é com a pauta e agenda do país, não que a CPMI não seja importante, que cumpra seu papel, mas meu foco como presidente do Senado e do Congresso é na aprovação das medidas legislativas que possam permitir o crescimento do Brasil" disse Pacheco que ainda citou pautas importantes que tramitam no Congresso.

"Temos um desafio que é a votação do arcabouço fiscal, o desafio da **reforma tributária**, das medidas provisórias que serão entregues e apreciadas pelo Congresso Nacional. São essas agendas do Brasil. Nós temos que apartar da agenda de polêmica que é própria da política, mas a agenda que nos une que é estabelecer um marco fiscal de ter uma **reforma tributária** de ter projetos que permitam o crescimento do país" afirmou também.

"Amanhã vamos receber o ministro da Fazenda (Fernando Haddad), a ministra do Planejamento (Simone Tebet) e o presidente do Banco Central (Campos Neto) para realizarmos no Senado uma sessão de debates para discutir juros e **inflação** no nosso país e possibilidade de crescimento do Brasil" acrescentou Pacheco.

Sobre a CPMI, Pacheco afirmou que não há definição sobre com qual Casa legislativa ficará a relatoria ou presidência do colegiado. Segundo ele, a definição será feita após a indicação dos integrantes da comissão. "É uma definição que não existe ainda. Tem que ter a indicação dos membros pelos líderes e a eleição do presidente é do colegiado, de modo que não há essa definição de presidente e relatoria de qual casa será e qual será o perfil. Esse é um trabalho da própria CPMI e seus membros e não cabe a mim como presidente do Congresso interferir", afirmou.

Pacheco disse esperar que na semana que vem a comissão já esteja instalada e reforçou o pedido para os líderes fazerem suas indicações através da proporcionalidade de blocos e partidos. O presidente ainda comentou sobre uma questão de ordem feita pelo líder da oposição, o senador Rogério Marinho (PL-RN), e afirmou que irá respondê-la ainda nesta semana. A queixa de Marinho se refere a uma mudança de bloco do líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (Re-de-AP), na noite de terça-feira. Ele saiu do Bloco Democracia, encabeçado por MDB e União Brasil, e foi para o Bloco Resistência, comandado por PSD e PT. Com a alteração, dentro da regra de proporcionalidade, o bloco do PT poderá indicar seis senadores à CPMI, retirando uma das vagas do bloco Vanguarda, de PL e Novo, que agora, só indicará dois parlamentares.

Segundo o requerimento do autor André Fernandes, a CPMI será composta por 32 parlamentares, 16 senadores e 16 deputados. Desse contingente, 30 integrantes serão indicados pela proporcionalidade. Duas vagas - uma para cada Casa - serão preenchidas por rodízio de integrantes da minoria. No Senado houve um acordo para a vaga ficar com o bloco de PP e Republicanos e na Câmara ficará ela ficará com o Novo. Após articulação na Câmara, e principalmente no Senado, o governo conseguirá obter maioria dentro da comissão. A formação de blocos suprapartidários beneficiou a base de Lula para conseguir preencher a CPMI com aliados.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/27/04/2023/p1>

Bolso do consumidor mal sente corte de tributo sobre consumo



Leonel Pessôa, da FGV Direito SP: "Alíquota uniforme é o melhor caminho"

Marta Watanabe De São Paulo

Apesar de o senso comum defender redução de **tributos** sobre consumo em bens essenciais, como alimentos, o repasse de eventual benefício para alívio do bolso do consumidor nem sempre é integral nem imediato e muitas vezes não acontece. De cada um ponto percentual de aumento ou redução na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em produtos alimentícios, o impacto médio é de 0,13% de variação no preço ao consumidor final no acumulado de quatro meses após a mudança.

As alíquotas menores nos **tributos** sobre consumo não são a melhor forma para proteger os mais pobres porque beneficiam também os mais ricos, que normalmente consomem, em termos absolutos, mais bens, inclusive os com alíquota reduzida ou isentos.

Esses estão entre os aspectos que levam a considerar que a alíquota uniforme é o melhor caminho na tributação sobre consumo. Essas são algumas das conclusões de estudo a ser divulgado amanhã pela coordenação de pesquisa jurídica aplicada da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP).

O estudo considerou as alterações de ICMS em uma cesta de 79 alimentos no período de julho de 1994 a

julho de 2021 e estimou a taxa de repasse das mudanças de alíquotas aos preços cobrados do consumidor final nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Os 79 produtos estão distribuídos em 16 categorias do subgrupo da alimentação no domicílio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que serviu de base para medir o impacto das alterações de ICMS nos preços.

Dentre as 16 categorias, em dez houve um impacto tão pequeno nos preços que o efeito é considerado praticamente nulo, explica Mauricio Canêdo Pinheiro, professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/Uerj) e um dos coordenadores do trabalho. Em apenas quatro categorias, que abrangem 23 dos 79 alimentos estudados, houve efeito nos preços. Em duas categorias o resultado foi considerado inconclusivo. O estudo verificou o impacto nos preços no período de até seis meses após a vigência das mudanças no ICMS.

Na categoria "aves e ovos", em que foram estudados os preços de frango e ovos de galinha, o efeito acumulado de variação nos preços ao consumidor final para cada 1 ponto percentual de alteração de ICMS foi de 0,25%. Na categoria "frutas", na qual foram incluídas 14 variedades, a transmissão foi maior, de 0,38%. Em sardinha em lata, da categoria "enlatados", a taxa foi de 1,11% e em "hortaliças", nas quais foram estudados seis itens, o impacto foi de 1,82%. Pinheiro destaca que o efeito da variação da alíquota do ICMS nem sempre é imediato. Em média, é muito pequeno nos primeiros meses e somente se torna estatisticamente significativo no terceiro e quarto mês após a mudança. Os motivos que levam aos diferentes efeitos nas variações de preço, aponta, não foram investigados no estudo, mas os resultados convergem para pesquisas que apontam tendência de menor repasse nos preços em itens nos quais a competição é menor. Por isso, alimentos mais industrializados tenderiam a apresentar efeitos menores que os produtos in natura, diz.

O estudo mostra também as muitas mudanças no ICMS cobrado sobre os 79 produtos. Ele identificou que de julho de 1994 a julho de 2021 houve mudanças do imposto em dez ocasiões distintas na Bahia, sendo 33 aumentos de alíquota e 35 reduções de alíquota.

No Rio de Janeiro houve mudanças em sete ocasiões

distintas, sendo 26 aumentos e 16 reduções de alíquota.

Em Minas Gerais houve mudanças de tributação em sete ocasiões, sem nenhum aumento de alíquota e com 42 reduções no ICMS. Em São Paulo os 29 aumentos e outras 29 reduções foram distribuídos em 12 ocasiões. O levantamento aponta que, embora algumas das alterações sejam de pouca relevância, há também variações de alíquota que chegaram a 10 ou 20 pontos percentuais.

Como parte importante das alterações não acontece por aumentos ou reduções de alíquotas do ICMS, e sim por reduções de base de cálculo ou concessão de crédito presumido - muitas vezes combinando esses dois regimes -, considerou-se no estudo o impacto desses benefícios na alíquota efetiva do imposto. Outro desafio, diz Pinheiro, foram as empresas do Simples, que podem pagar o ICMS como percentual do faturamento e por isso uma alteração na alíquota não afetaria o preço do produto vendido, o que limita o alcance da pesquisa para produtos que costumam ser mais comercializados em pequenos estabelecimentos, como açougues e padarias.

"Parte da opinião pública e até muitos formuladores de políticas públicas assumem pressuposto de que quando se tem redução de alíquota, há repasse para o consumidor daquela redução. O trabalho mostra que o repasse não aconteceu dessa forma pelo menos no Brasil no período que vai desde o Plano Real até 2021", diz Leonel Cesarino Pessoa, professor da FGV Direito SP e também coordenador da pesquisa. Como não há repasse automático de redução de **impostos** nos preços, alíquotas reduzidas, portanto, diz, não significam necessariamente preços menores.

O trabalho também teve coordenação de Melina Rocha, diretora de cursos na York University, no Canadá. Participaram do estudo os pesquisadores Kalil Said Jabour Jr, William do Val Domingues Jr, Glaucia Estefânia de Sousa Ferreira e Pedro Bergh.

A questão do repasse está entre os quatro problemas principais apontados em vários estudos para o uso de alíquotas diferenciadas, destaca Pessoa. O tema, lembra, está entre os mais importantes no atual debate sobre a **reforma tributária** sobre consumo, na qual o governo defende o estabelecimento de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) com regras uniformes e alíquota o mais homogênea possível.

O levantamento, segundo ele, mostra que há em estudos e pesquisas um debate consolidado que discute se o melhor é ter alíquota uniforme ou diferenciação de alíquotas. "Esse debate é unânime e homogêneo no sentido de que a alíquota uniforme é o

melhor caminho. Só que no Brasil há uma discussão completamente diferente dessa." "Alíquota uniforme é superior por questões de eficiência, equidade e por razões de ordem prática", diz Pessoa. Quando se reduz a alíquota para determinado item, diz ele, um dos principais argumentos é pela equidade, para se beneficiar os mais pobres. "Ainda que em termos relativos os mais pobres possam ser beneficiados porque a parte de bens com alíquota diferenciada é mais representativa em sua cesta de consumo, em termos absolutos o que os mais ricos deixam de pagar em imposto é muito maior." Isso porque, explica Pessoa, os mais ricos consomem mais que os mais pobres, inclusive em produtos com alíquotas diferenciadas.

Um dos estudos que se debruçam sobre o assunto, diz Pessoa, mostra cálculo do departamento de assuntos fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI) em país que adotou IVA com redução de alíquota para alimentos.

Segundo o cálculo, para cada 100 de receita renunciada de IVA como resultado da alíquota zero para comida, menos de 15 eram alocados para os 30% mais pobres da população, enquanto 45 beneficiavam os 30% mais ricos.

"Isso mostra que essa renúncia não é um dinheiro bem gasto porque você dá para pobres e ricos, sendo que poderia ter uma maneira de atingir os mais pobres de maneira mais focalizada", diz o professor da FGV Direito.

Para ele, o cashback, que vem sendo defendido por representantes do governo, seria um instrumento que poderia atender a essa demanda de efeito redistributivo.

Ele lembra que há experiências internacionais nesse sentido e também no Estado do Rio Grande do Sul.

Outro ponto negativo das alíquotas diferenciadas é que se cria terreno propício para atuação dos grupos de pressão, diz Pessoa. "Isso é o que mais se vê no Brasil hoje, com setores de serviços e de agro e outros querendo alíquotas diferenciadas.

E isso não tem fim, porque se abre uma porteira." Tratamentos diferentes também dão margem para disputas judiciais, acrescenta ele. "Por exemplo, se dá um tratamento diferenciado para pão tipo bisnaga. Daí surge a controvérsia: o pão de hot dog e de hambúrguer também é pão tipo bisnaga." E como essa, há várias outras disputas, segundo ele.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Bolso do consumidor mal sente corte de tributo sobre consumo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187529>

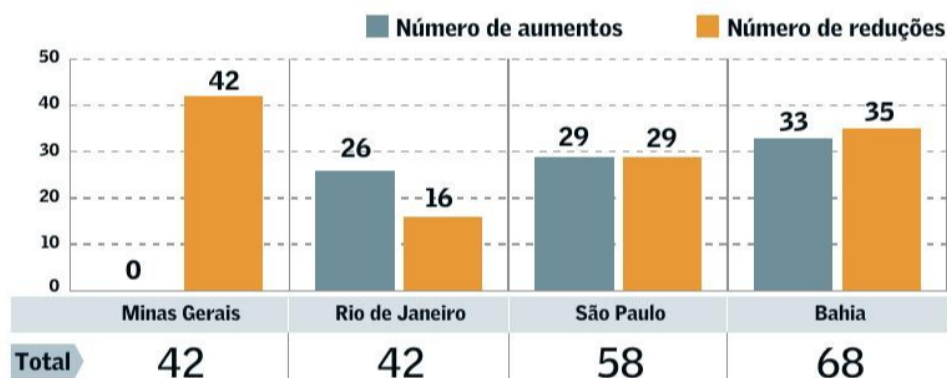
Efeito percentual nos preços

Para cada 1 pp de aumento/redução de alíquota do ICMS

Categoria	Itens	Var. no preço* - %
Aves e ovos	Frango, ovo de galinha	0,25
Frutas	Abacaxi, banana d'água, banana prata, laranja lima, limão, maçã, mamão, maracujá, melancia, melão, pera, tangerina, uva, laranja pera	0,38
Enlatados e conservas	Sardinha em lata	1,11
Hortaliças e verduras	Alface, couve, couve-flor, repolho, agrião, brócolis	1,82
Cereais, leguminos e oleaginosas	Arroz, feijão preto, feijão carioca	Perto de zero
Açúcares e derivados	Açúcar refinado	Perto de zero
Carnes frescas e vísceras	Fígado, carne de porco, contrafilé, filé mignon, chã de dentro, alcatra, patinho, lagarto redondo, lagarto plano, músculo, pá, acém, peito, costela	Perto de zero
Pescado	Filé de peixe, corvina, sardinha, pescada	Perto de zero
Carnes e peixes industrializados	Salsicha e salsichão, linguiça, mortadela, bacalhau, carne seca, carne de porco salgada e defumada	Perto de zero
Leite e derivados	Leite pasteurizado, leite em pó, iogurte, queijo de minas, queijo prato, manteiga	Perto de zero
Panificados	Pão francês, pão de forma	Perto de zero
Óleos e gorduras	Óleo de soja, margarina vegetal	Perto de zero
Bebidas e infusões	Café moído	Perto de zero
Sal e condimentos	Alho, vinagre	Perto de zero
Média		0,13

Mudanças de alíquota de ICMS

Número de alterações para 79 alimentos, de julho de 1994 a julho de 2021



Fonte: Pesquisa "Alíquota única na tributação sobre consumo", da Coordenadoria de Pesquisa Jurídica Aplicada da FGV Direito SP. Coordenadores: Leonel Cesarino Pessoa, Mauricio Canêdo Pinheiro e Melina Rocha. Pesquisadores: Kalil Said Jabour Jr, William do Val Domingues Jr, Gláucia Estefânia de Sousa Ferreira e Pedro Bergh. *Efeito acumulado em até seis meses

Haddad diz que quer reforma e regra fiscal aprovadas no primeiro semestre

Guilherme Pimenta De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira, 26, que quer encerrar o primeiro semestre deste ano aprovando junto ao Congresso a **reforma tributária** (restrita à Câmara), o arcabouço fiscal e também as medidas saneadoras para retomar a arrecadação, na intenção de enviar um "Orçamento bonito" ao Legislativo até 31 de agosto.

Haddad também citou a importância, em seu entendimento, para o retorno do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Em carta enviada ao ministro pela diretora da OCDE, Grace Perez-Navarro, ela disse que considera "inadequado" o critério utilizado para o caso de empates nas decisões do órgão. "O Congresso foi induzido a erro nesse negócio do **Carf**. Queria fazer o bem, mas acabou criando uma situação para a gente muito difícil de administrar", disse Haddad.

Haddad disse que o governo federal vai "tomar Jerusalém e vamos arrumar as contas públicas desse país para a gente ter paz".

Ele se referia à decisão do Superior Tribunal de Justiça que por unanimidade permitiu à União cobrar Imposto de Renda e CSLL sobre incentivos fiscais de ICMS.

"E [vamos] parar um pouco de inventar gastos, inventar renúncia.

Toda hora tem uma pressão nova. Temos que moderar as pressões, colocar tudo em ordem e o Brasil tem tudo para crescer", afirmou o ministro.

Haddad disse que, com a decisão do STJ, existe um entendimento de que não será mais necessário enviar uma medida provisória envolvendo a subvenção.

"Obviamente que tomaremos outras medidas relativas ao arcabouço para dar consistência ao Orçamento, e queremos que elas estejam tomadas até agosto, pois aí o Orçamento pode ser encaminhado em agosto já com uma previsão de um equilíbrio ou próximo do equilíbrio previsto no arcabouço fiscal", disse.

Apesar de a nova regra fiscal permitir uma banda de variação em relação à meta de resultado primário, que

pode variar para cima e para baixo em 0,25%, o ministro da Fazenda disse que o governo não quer usar as margens previstas na nova regra.

Haddad comemorou a decisão do STJ que por unanimidade permitiu à União cobrar Imposto de Renda e CSLL sobre incentivos fiscais de ICMS. "Esperava um 7x2, 6x3, mas foi 9x0", comentou.

Para o ministro, a decisão abre ainda mais caminho para o Banco Central iniciar a trajetória de queda na taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano. Além disso, o entendimento do STJ também "vai dar conforto de que o arcabouço fiscal veio para ficar", disse.

A respeito da decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu o julgamento horas antes da análise pelo STJ, Haddad disse que a cautelar "não preocupa". Mendonça foi indicado ao STF pelo expresidente Jair Bolsonaro (PL).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187529>

Diretora da OCDE defende voto de qualidade

Edna Simão De Brasília

Em carta enviada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a diretora da OCDE, Grace Perez-Navarro, afirma que considera "inadequado" o critério de desempate utilizado pelo **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** que favorecia ao contribuinte. Ela respondia a pedido do ministro para que fosse feita uma análise sobre as regras de funcionamento do órgão com base na experiência internacional.

Em 2020, com a publicação da Lei nº 13.988, oriunda da MP do Contribuinte Legal, o chamado voto de qualidade foi extinto e estabelecido que os empates nas decisões dos conselhos seriam decididos a favor do contribuinte. O modelo anterior - de desempate pelo presidente da turma julgadora, representante da Fazenda - foi restabelecido pelo atual governo por meio de medida provisória enviada ao Congresso Nacional. Porém, a União decidiu desistir da tramitação por MP e a matéria será tratada por projeto de lei com regime de urgência.

"Um retorno a esse processo [voto de qualidade] mitigaria as possíveis consequências negativas do modelo estabelecido em 2020", destaca. "Isso não terá um impacto negativo nos direitos dos contribuintes, porque eles ainda manterão seu recurso à revisão judicial independente, onde poderão contestar, com base legal, a avaliação tributária, bem como os **impostos** reivindicados e as penalidades aplicadas", complementa a diretora da OCDE, em carta que foi divulgada pelo Ministério da Fazenda.

Segundo ela, considerando a prática internacional, pesquisa inicial da OCDE indica que, ao contrário do Brasil, a maioria das jurisdições analisadas possui algum tipo de processo de recurso administrativo, mas não um que envolva representantes do setor privado no processo de revisão de tomada de decisão.

"A natureza de curto prazo dessas nomeações, a remuneração comparativamente baixa e o fato de que, tanto antes quanto depois dessa nomeação, esses juízes podem trabalhar para o setor privado e obter benefícios diretos ou indiretos devido às posições que assumem em seu papel de juiz no **Carf** poderiam, em alguns casos, criar também um potencial risco de conflito de interesses, o que pode ser muito difícil de

mitigar", escreveu Grace, respondendo à solicitação.

A diretora da OCDE informa que, até agora, foram identificadas três jurisdições com diferentes graus de envolvimento de representantes do setor privado no recurso administrativo em matéria tributária, embora essa ocorrência seja rara na prática internacional.

"Nesses casos, os representantes do setor privado não parecem ter o mesmo papel decisivo no recurso administrativo como têm no Brasil. Quando representantes do setor privado estão envolvidos em um processo de revisão administrativa ou judicial, o processo é supervisionado por juízes de carreira profissional, incluindo juízes do Supremo Tribunal, que terão a palavra final sobre a correta aplicação e interpretação da **legislação tributária**", explica. A decisão final e definitiva em um caso tributário de grande valor, acrescenta, "normalmente não seria tomada por um órgão de tomada de decisão composto por juízes leigos, onde os votos de representantes do setor privado têm um peso decisivo em caso de empate de votos".

Ela afirma ainda que a duração do processo de recurso tributário e a possibilidade de empregar estratégias de atraso adotadas por alguns contribuintes por meio da apresentação de recursos e revisões, sem serem obrigados a fazer qualquer pagamento antecipado de **impostos** ou garantias, representam um desafio fiscal significativo para o país.

"Esse processo pode servir como um incentivo não intencional para implementar estratégias de atraso no pagamento facilitadas pelo sistema atual. Uma análise mais detalhada e uma reforma podem ser contempladas para acelerar o processo de recurso tributário a fim de contribuir para a certeza tributária, garantindo que esse processo melhor atinja os objetivos relevantes de revisão administrativa e acesso acelerado ao processo de revisão judicial independente", diz na carta enviada ao ministro.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Diretora da OCDE defende voto de qualidade

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187529>